



Quadro Mulheres em Campo

Programa Óbvio Ululante

Rádio UFMG Educativa

Transmissão em 29 de abril de 2015

Tema: Medida Provisória do Futebol

Produção: Luiza Aguiar dos Anjos, Suellen dos Santos Ramos e Pamela Siqueira Joras.

E aí pessoal do Óbvio Ululante,

Eu sou a Pamela Joras / e eu sou a Luiza Aguiar e hoje nos vamos falar sobre a polêmica Medida Provisória 671/2015.

Lançada em março desse ano, a chamada MP do Futebol institui o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro, o ProFut. Por meio dele, os clubes de futebol profissional têm a possibilidade de negociar suas dívidas fiscais com a união, desde que cumpram um conjunto de condições. Entre essas condições, encontram-se medidas que objetivam instituir uma gestão democrática, transparente e financeiramente equilibrada, além da obrigação de investimento no futebol de base e no futebol feminino.

Desde que foi anunciada, uma série de dirigentes, jornalistas, e políticos da famosa bancada da bola já se manifestaram contra a medida, entre outras coisas no item que diz respeito ao investimento no futebol das mulheres.

Mesmo com o valor do investimento ainda não tendo sido estipulado, os clubes com apoio da CBF têm defendido que suas instituições devem visar o lucro e que, por isso, o investimento nas mulheres é inviável. Contudo, Dilma Rousseff declarou ter assumido um compromisso na luta pela valorização do futebol feminino, não admitindo quaisquer mudanças nesse item da MP.



Atualmente, uma comissão mista com deputados e senadores avalia a MP. Para embasar sua decisão final, foram programadas seis audiências públicas a serem realizadas nas próximas três semanas. Nelas, acadêmicos, juristas, representantes de clubes, federações e sindicatos, além do Bom Senso Futebol Clube vão apresentar sua posição sobre a medida. A segunda audiência, que ocorrerá dia 12 de maio, contará com a presença de clubes do futebol feminino.

A MP para ser aprovada deve passar pela comissão mista e, em seguida, pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Se aprovada, essa medida pode representar importante mudança para o futebol feminino, pois, além de garantir um aporte mínimo para as equipes, ainda promoverá o amplo surgimento de equipes femininas de clubes de futebol tradicionais, podendo atrair seus já fiéis torcedores.

Cabe lembrar que os clubes não são obrigados a aderir ao ProFut, mas ao não aderir se comprometem a arcar com suas dívidas fiscais sem o parcelamento em até 20 anos que o Programa oferece.

O Mulheres em campo apoia a MP, pela obrigatoriedade em investimento no futebol feminino e pela gestão responsável no futebol brasileiro.

Pamela Joras e Luiza Aguiar para a Rádio UFMG Educativa.